

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

4º TRIMESTRE 2023

Sumário

1	INTRODUÇÃO	2
2	SUMÁRIO EXECUTIVO	3
3	GOVERNANÇA E CULTURA	3
3.1	Relacionamento com Órgãos de Controle Externo	3
3.2	Prestação de Contas e Relatório de Gestão	4
4	PROGRAMA DE COMPLIANCE	6
5	COMPROMETIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	7
6	GERENCIAMENTO DE RISCOS	8
6.1	Riscos Mapeados e Monitorados	10
6.2	Oportunidades Identificadas	10
7	CONTROLES INTERNOS	11
7.1	Auditoria Interna dos Controles	12
8	CÓDIGO DE ÉTICA, POLÍTICAS E NORMAS	13
8.1	Código de Ética e Conduta	13
8.2	Código de Conduta para terceiros	13
8.3	Políticas e Normas	13
9	COMUNICAÇÃO E TREINAMENTOS	15
10	CANAL DE DENÚNCIA E OUVIDORIA	21
11	DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE	22
12	PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS	23
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

1 INTRODUÇÃO

O SENAI-ES, assim como as demais entidades da Findes, num cenário de constante aperfeiçoamento de sua governança, evoluem para a estruturação de instâncias operacionais e estratégicas de integridade.

A área de compliance apresenta-se como um agente multiplicador de um ambiente eticamente saudável, atuando de maneira multidisciplinar que engloba, a um só tempo, o olhar de conformidade normativa, riscos, proteção de dados pessoais e demais mecanismos de compliance, de modo a auxiliar diretamente no alcance dos objetivos institucionais, estatutários, legais, orçamentários e estratégicos da organização.

Esse modelo busca o alcance de um verdadeiro sistema de integridade organizacional no SENAI-ES, a promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e correção de inconformidades, falhas, fraudes, irregularidades, desvios de conduta e demais eventos que possam comprometer o citado alcance dos objetivos.

Sustentadas na liderança e no controle, essas medidas e ações devem ainda estar alinhadas à estratégia da entidade e, principalmente, perpetuarem uma mudança organizacional voltada para a cultura sustentável da integridade institucional, por meio da aplicação efetiva de políticas, diretrizes e códigos de ética e de conduta, bem como do tratamento adequado dos riscos à integridade, para o qual as entidades da Findes voltam-se.

Diante dessa perspectiva, organismos de diferentes esferas e níveis – assim como o SENAI-ES - têm buscado o fortalecimento das instâncias de integridade e a instituição de mecanismos de gerenciamento de riscos, com a finalidade de implementar um modelo de gestão orientado para resultados, que leve em conta as necessidades e expectativas dos seus stakeholders, sem perder a capacidade de lidar com cenários incertos e incidentes que tragam impacto ao atingimento dos seus objetivos organizacionais.

A concepção da instância de integridade está intimamente interligada à de valor do negócio, enquanto mecanismo de promoção direta da qualidade e eficiência das entregas de produtos e serviços que os organismos fazem ao seu público.

Nesse contexto, o Programa de Compliance desempenha um papel fundamental nos processos que buscam alcançar resultados baseados em premissas éticas.

2 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem como objetivo apresentar a estrutura do Programa de Compliance da Findes e suas entidades, bem como, as ações relacionadas ao ambiente de controle interno, desenvolvidas durante o ano de 2023 pelo Departamento Regional do SENAI-ES, que contribuem para o fortalecimento da Governança Corporativa, Gestão dos Riscos e do Programa de Compliance e Integridade.

O Programa de Compliance da Findes e suas entidades apresenta-se adequado ao cenário mundial e nacional de boas práticas de governança, enquanto mecanismo que afere as atividades que colocam em risco o alcance dos objetivos das entidades.

O Compliance do SENAI-ES no **exercício de 2023**, segue realizando importantes ações para monitoramento dos processos institucionais de forma a salvaguardar a entidade de eventuais riscos inerentes ao negócio e na disseminação e promoção de uma cultura ética, íntegra, de conformidade e transparência.

Para fortalecimento da Governança Corporativa e da cultura de compliance, o Compliance do SENAI-ES participa das ações da Rede Colaborativa de Compliance, sob coordenação do Departamento Nacional, que preconiza a criação de um ambiente para o compartilhamento de informações e práticas de compliance.

As informações constantes neste relatório demonstram o compromisso do SENAI-ES, representado por seus dirigentes, com a integridade e transparência.

Este Relatório é cumulativo, o que significa que seu conteúdo será disponibilizado no Portal da Transparência do SENAI-ES periodicamente e o conteúdo contemplará as ações realizadas ao longo do exercício 2023.

3 GOVERNANÇA E CULTURA

3.1 Relacionamento com Órgãos de Controle Externo

O SENAI, criado e vinculado à CNI, para desenvolver e executar programas de educação profissional e contribuir para o desenvolvimento tecnológico da indústria é uma entidade privada, sem fins lucrativos, não integrante da Administração Pública, destinatária, por força de lei, de contribuição compulsória, vertida pelas empresas industriais.

O SENAI está estruturado com um Conselho e um Departamento nacionais, e, em cada Estado, com um órgão regional (composto de Conselho e Departamento). O Departamento Nacional e os órgãos regionais gozam de autonomia na gestão de seus recursos, serviços e administração do seu pessoal.

Em razão da titularidade da contribuição compulsória, cada órgão que compõe a estrutura do SENAI, considerando que são autônomos entre si, deve prestar contas individualmente do resultado final de suas ações ao Tribunal de Contas da União - TCU,

que pode contar com o apoio da Controladoria Geral da União - CGU, conforme estabelecido, respectivamente, no parágrafo único do art. 70 e no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal do Brasil, e esclarecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recursos Extraordinário (RE) 789874, da relatoria do ministro Teori Zavascki. Nessa linha, importante anotar, que o TCU se posiciona como uma instância externa de apoio a governança do SENAI.

Baseado na premissa que preconiza o fortalecimento da estrutura de controles internos, o SENAI-ES, quando faz o monitoramento junto às suas áreas internas responsáveis pelos processos, considera as recomendações, assim como adota as determinações que lhe são dirigidas pelo controle externo. O objetivo é promover o alinhamento necessário para otimizar a implementação de melhorias no ambiente institucional.

O Relacionamento do SENAI-ES com órgãos de controle é feito via Diretoria Regional, Compliance, Auditoria Interna e Jurídico que recebem as demandas e direcionam para áreas onde são realizadas as interfaces, juntada de documentos e elaboração de respostas.

No âmbito do SENAI-ES, em atendimento ao Processo de Fiscalização Contínua na modalidade de acompanhamento que o Tribunal de Contas da União - TCU realiza sistematicamente, conforme Ofício de Requisição nº 9 – 199/2022 de 03/03/2023, foi estabelecido um planejamento para disponibilização de informações relativas ao exercício de 2023, referentes a: contratos; licitantes; transferências; recursos humanos; despesas; receitas; plano de contas; e plano de cargos e salários, de acordo com o seguinte cronograma: dados de janeiro a março de 2023 - 29/05/2023; dados de janeiro a junho de 2023 - 29/07/2023; dados de janeiro a setembro de 2023 - 31/10/2023; dados de todo o exercício de 2023 - 01/03/2024.

3.2 Prestação de Contas e Relatório de Gestão

A prestação de contas do SENAI atende as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU). Para o exercício de 2020, o Tribunal editou a Instrução Normativa nº 84/2020, estabelecendo novas normas de organização e apresentação das prestações de contas dos responsáveis pela administração pública federal, que vieram a ser estendidas aos serviços sociais autônomos pelo Acórdão 2424/2020, que aprovou a Decisão Normativa 187, cujo objetivo é regulamentar o processo de contas do exercício de 2020 e seguintes.

O Departamento Nacional, de forma que haja coerência, confiabilidade e harmonia sistêmica, elaborou e coordena um plano de ação para orientar os demais órgãos do SENAI no processo de adequação às novas normas do TCU, que vieram a determinar que

a prestação de contas seja realizada mediante publicação das informações nos sites oficiais das instituições.

Optou-se pela construção de uma página própria, intitulada “Prestação de Contas TCU”, no site de cada órgão do SENAI que presta contas de forma autônoma: Conselho Nacional, Departamento Nacional e Órgãos Regionais.

A construção desses sites para prestação de contas do TCU exigiu, também, que todos os sites da Transparência do Conselho Nacional e dos Departamentos do SENAI fossem aprimorados, de forma que seus sistemas e informações possam, sinergicamente, ser compartilhadas com os sites “Prestação de Contas TCU”.

Para atender também outra exigência do TCU relativa à Prestação de Contas de 2020, o SENAI/DN coordenou a implantação, em todos os Departamentos Regionais, do Relatório de Gestão em formato de relato integrado. A adoção desse novo modelo foi impulsionada por uma governança com instâncias envolvendo diferentes níveis hierárquicos.

O SENAI-ES alinhado a essas iniciativas realizou prontamente as adequações e ajustes necessário para o cumprimento dessas exigências podendo ser conferido no portal da transparência (<http://portaltransparencia.senaies.com.br/>) e no site prestação de contas TCU (<http://prestacaodecontastcu.senaies.com.br/>).

Para a prestação de contas do exercício de 2022, o TCU através da DN-TCU 198/2022 estabeleceu os elementos de conteúdo do Relatório de Gestão para os exercícios a partir de 2022. Nesse sentido, o SENAI-ES formulou o Relatório de Gestão 2022 sob a forma de relato integrado, dando transparência à sua abordagem de criação de valor para a indústria e a sociedade. Além disso, demonstra a aplicação dos seus recursos e a contribuição para o aumento da competitividade industrial e a equidade social. O Relatório de Gestão 2022 foi publicado no Portal da transparência no mês de março/2023. Para a prestação de contas do exercício de 2023, o SENAI-ES segue formulando o Relatório de Gestão de 2023.

Dessa forma, os atos de gestão do SENAI-ES apresentam-se adequados às boas práticas governamentais da transparência, publicidade e integridade.

4 PROGRAMA DE COMPLIANCE

A implantação do Programa de Compliance foi estabelecida como meta ainda em 2017, pela Presidência da Findes – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. No ano de 2018, iniciou-se efetivamente a sua implantação, abrangendo todas entidades da Findes (Findes, Cindes, SESI, SENAI, IEL, Ideies).

Criado para aperfeiçoar os mecanismos de governança da Findes e suas entidades, o Programa de Compliance apresenta-se de forma sistêmica em toda a organização, servindo para consolidar uma gestão transparente, na qual todos são ouvidos e os processos de conduta e ética tornam-se mais claros. Ele reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de controle de, prevenção, detecção e resposta, gestão de riscos, integridade, transparência, auditoria e ouvidoria, que interagem com outros processos transversais da organização para apoiar as ações de modernização e fortalecimento do modelo de governança corporativa.



A coordenação dessas atividades integradas é feita pela área de Compliance, tendo como principal responsabilidade garantir que o Programa seja observado em todas entidades que compõem a Findes, dando o suporte necessário às unidades operacionais e às áreas de negócios para que elas atuem de acordo com as leis e regulamentos e, assim, possam realizar suas atividades em conformidade com o arcabouço normativo, de forma íntegra e ética.

Os principais objetivos do Programa de Compliance são:



Apoiar o processo de **modernização do modelo de governança**.



Identificar e reduzir riscos nos relacionamentos com nossas partes interessadas.

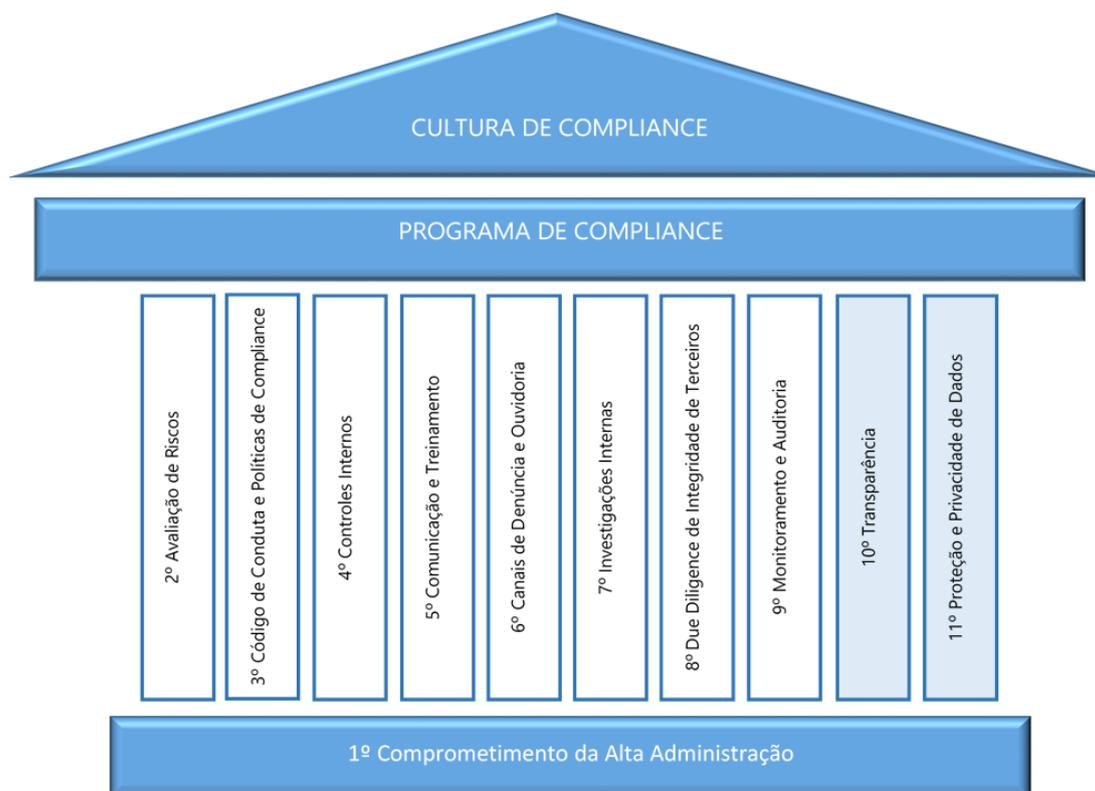


Amparar todas as nossas atividades de acordo com as leis, regulamentos e políticas vigentes.



Promover uma cultura de Compliance com base nos nossos atributos e no Código de Ética e Conduta.

O Programa de Compliance do SENAI-ES está baseado em onze pilares devidamente estruturados, a base fundamental desses pilares é o suporte da Alta Administração, devidamente protegida por uma cultura de compliance.



5 COMPROMETIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Alta Administração está comprometida com o Programa de Compliance. Este compromisso é percebido desde a fundamentação estratégica, que tem como um dos valores o compromisso com a ética e transparência.

Para evidenciar o comprometimento da Alta Administração destaca-se a participação ativa nas ações e treinamento de Compliance junto aos colaboradores e terceiros, bem como a participação do Compliance nas reuniões estratégicas. Ressaltamos ainda que as normas e políticas corporativas passam pela aprovação da Alta Administração, por meio do Conselho de Administração.

As entidades que compõem a Findes contemplam também, em seus sites institucionais, informações sobre o Programa de Compliance e os documentos relativos ao Programa, reforçando ainda mais o compromisso com uma gestão pautada por preceitos éticos.

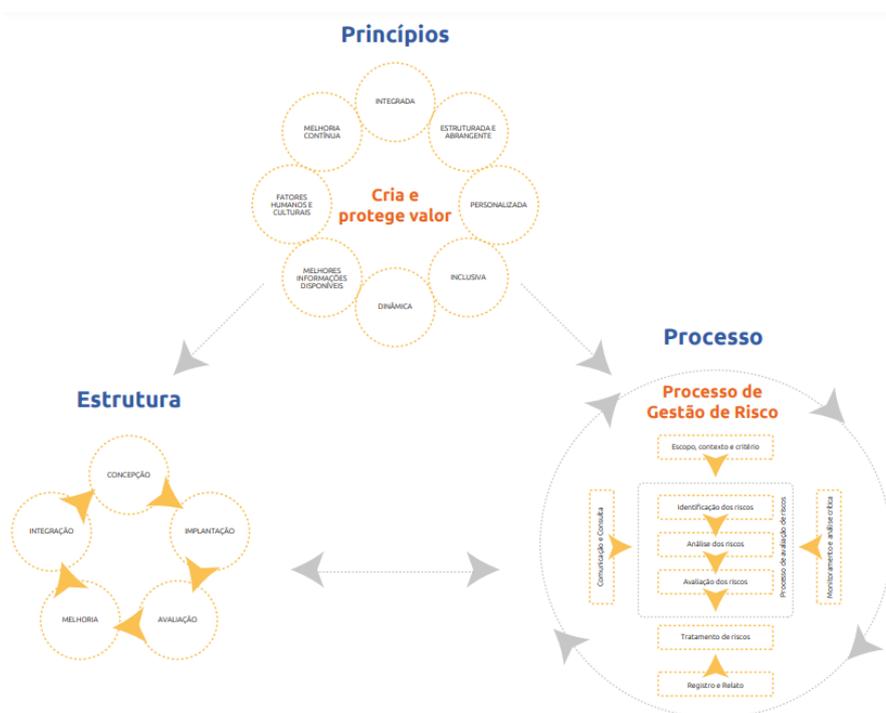
As informações sobre o Programa de Compliance podem ser acessadas através do link:

<https://findes.com.br/compliance/> ✦

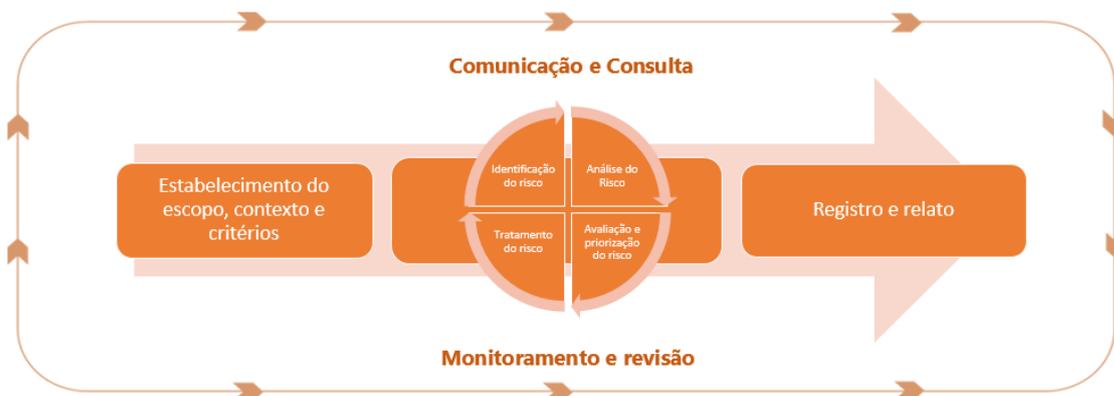
6 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gerenciamento dos riscos de Compliance é parte integrante da gestão corporativa e visa auxiliar a tomada de decisão gerencial para o alcance dos objetivos finalísticos do SENAI-ES, de modo a fortalecer o modelo de governança corporativa e envolve a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas, para as atividades de comunicação e consulta, estabelecimento do escopo, contexto e critérios, processo de avaliação, tratamento, monitoramento, registro e relato de riscos

A metodologia utilizada para gestão de riscos de Compliance no SENAI-ES está definida na Política de Gestão de Riscos – POL-010 e segue as diretrizes da ISO 31000:2018, que fornece diretrizes para gerenciar qualquer tipo de risco e pode ser aplicada a qualquer atividade.

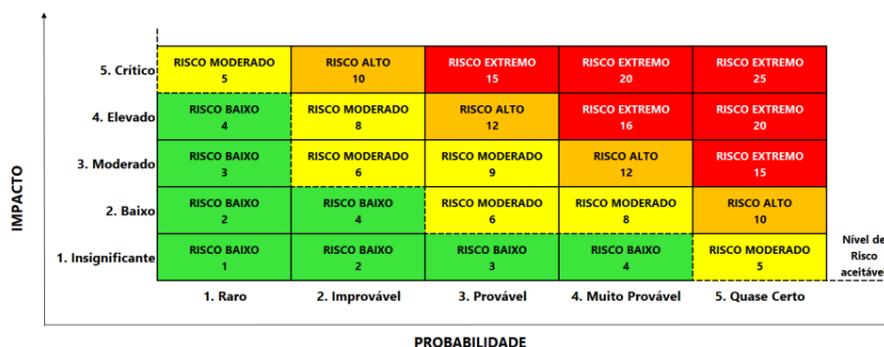


O processo de gestão de riscos segue as seguintes etapas:



- I. **Estabelecimento do escopo, contexto e critérios:** é elaborado um relatório do perfil da entidade identificando os setores de negócio que atua, a estrutura organizacional, a hierarquia interna, os processos decisórios, os objetivos e valores, dentre outras informações relacionadas ao contexto interno e externo.
- II. **Identificação e análise do risco:** a identificação dos riscos e controles ocorre por meio de entrevistas junto aos gestores, que também realizam a análise dos riscos de acordo com os critérios definidos.
- III. **Avaliação e priorização do risco:** a avaliação e priorização dos riscos é realizada em conjunto pelos executivos e gestores das áreas e este consenso é imprescindível para o sucesso da metodologia, pois impacta diretamente no tratamento dos riscos, que poderá envolver investimentos ou até mesmo descontinuidade de uma atividade.
- IV. **Tratamento dos riscos:** com base na avaliação e priorização dos riscos, são definidas ações para estabelecimento de controles que objetivam modificar o nível do risco. As ações mitigadoras, definidas no tratamento do risco são monitoradas pelos gestores de riscos de forma a assegurar a eficácia da ação.
- V. **Registro e relato:** os riscos mapeados, bem como todas as informações coletadas nas etapas do processo de gestão de riscos são registrados e resultam em uma matriz de risco com informações disponíveis para suportar a tomada de decisão.

Os níveis de risco serão definidos de acordo com o resultado da equação **<Probabilidade X Impacto = Nível de Risco>** e estão apresentados na Matriz de Risco, conforme abaixo



Matriz de Riscos

O nível de risco aceitável, definido no SENAI-ES são aqueles classificados como "Risco Baixo", os riscos acima deste nível devem ser priorizados na promoção de ações mitigatórias, ou até mesmo, outros tratamentos pertinentes, quando não for possível reduzi-los, no entanto, a resposta ao risco e a promoção destas ações mitigatórias irão depender da tolerância ao risco, ou seja, dependendo da situação de risco a entidade pode optar por aceitar o risco.

6.1 Riscos Mapeados e Monitorados

Foram tratados e monitorados os principais riscos associados aos processos estratégicos e operacionais do SENAI-ES, os quais destacamos:

Risco associado	Ação mitigatória
Deficiência na adequação à Lei Geral de Proteção de Dados	Contratação de empresa, para realização de diagnóstico de maturidade dos processos e sistemas, visando o atendimento a LGPD.
Descumprimento de regulamentações legais relativas às informações de interesse público	Implementação do plano de monitoramento/adequação das informações publicadas no Portal da Transparência em conformidade às legislações vigentes.
Inadequação do termo de referência com relação a solução contratada.	Estabelecimento de alçada técnica para validação do TR.

6.2 Oportunidades Identificadas

Foram identificadas oportunidades e tomadas ações voltadas ao aperfeiçoamento de processos, ferramentas e controles, de modo a potencializar a capacidade do SENAI em atingir seus objetivos estratégicos, as quais destacamos:

Risco associado	Oportunidade identificada	Ação adotada
Deficiência no processo de gestão de riscos	Utilização de ferramenta automatizada para gestão dos riscos.	Implantação de sistema informatizado de GRC, que permitirá uma gestão ágil, precisa e segura das informações, tornando as informações mais acessíveis e com maior transparência.
Canal de denúncia ineficiente ou inoperante	Terceirização do canal da Ouvidoria.	Implantação de canal terceirizado de Ouvidoria, dando maior celeridade e imparcialidade ao processo de manifestação.
Deficiência no planejamento e execução de compras.	Revisão dos processos de compra de modo a trazer maior celeridade e eficácia ao processo.	Projeto de implantação de Plano integrado de negócios, visando promover a transformação e melhoria nos processos de aquisições.
Deficiência na comunicação à administração para monitoramento, provisionamento e tratamento de causa raiz dos processos judiciais	Construir painel BI para acompanhamento dos processos judiciais e provisionamentos em tempo real	Construção de painel BI ampliando o acompanhamento dos processos judiciais e provisionamentos, contribuindo para o controle de caixa, identificação de causa raiz de riscos legais, escalonamento do volume e andamento de processos em tempo real.

7 CONTROLES INTERNOS

As atividades de controle no SENAI-ES estão expressas e materializadas em políticas, normas e procedimentos definidos pela gestão para atuar sobre os riscos e contribuir com o alcance dos objetivos, dentro dos padrões institucionais estabelecidos. Incluem os controles preventivos, detectivos e corretivos adotados, tais como alçadas de aprovação, controle de acesso a recursos e informações, verificações, avaliação de operações, de processos e de atividades, dentre outros.

Além das medidas e ações promovidas no decorrer do **exercício de 2023**, que se encontram descritas neste relatório, também destacamos:

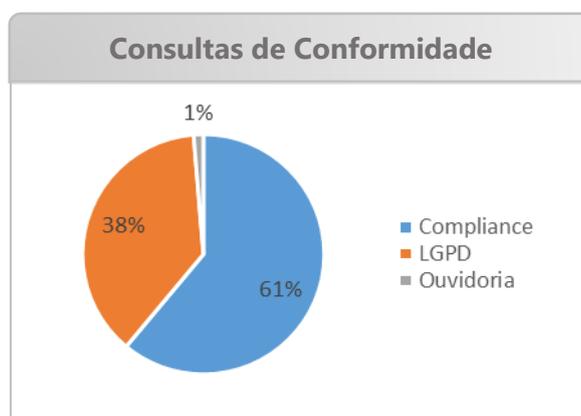
- ❖ **Monitoramento das situações de conflito de interesses:** revisão periódica das declarações de conflito de interesses com abrangência a todos os colaboradores.



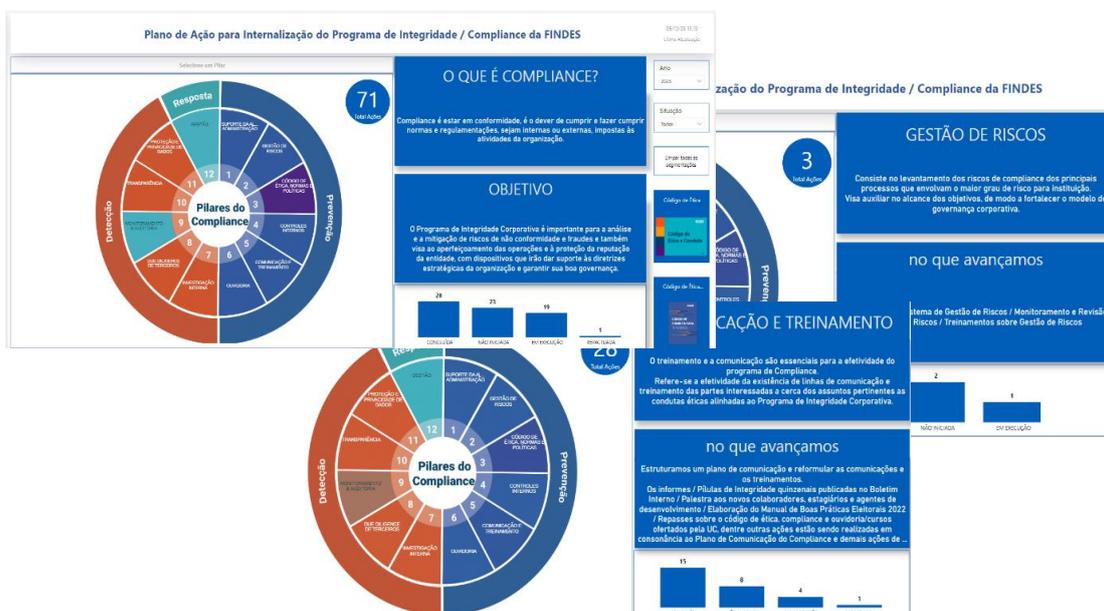
Estamos em período de renovação da "Declaração de Conflito de Interesses".

- ❖ **Consultas de Conformidade:** visa verificar a conformidade de determinado, documento, processo, instrumento normativo, em consonância com as normas, políticas, diretrizes internas, leis, decretos e demais regulamentações aplicáveis.

Durante o **exercício de 2023** foram realizadas 77 consultas de conformidade, sendo que 61% foram relacionadas a conformidade com normas, políticas, diretrizes internas, etc.; 38% foram consultas relacionadas a conformidade com a Lei Geral de proteção de dados e 1% das consultas relacionado ao Canal de Ouvidoria.



- ❖ **Painel de BI do Plano de internalização do Programa de Compliance:** O programa de Compliance é importante para a análise e a mitigação de riscos de não conformidade e fraudes e também visa o aperfeiçoamento das operações e à proteção da reputação da entidade, com dispositivos que irão dar suporte à diretrizes estratégicas da organização e garantir sua boa governança. Deste modo, intensificar as ações com a finalidade de internalizar os conceitos do Programa de Compliance se mostra tão importante para a Findes e entidades. Neste sentido em 2023 foi criado um painel de BI que demonstra as ações planejadas e implementadas, distribuídas pelos Pilares do Programa de Compliance.



7.1 Auditoria Interna dos Controles

O Auditoria Interna operacional no âmbito da FINDES e entidades tem por objetivo atuar de forma proativa e preventiva, avaliando os riscos existentes nos processos, buscando mitigá-los, proporcionando análises, recomendações e comentários diretivos acerca das atividades examinadas, confirmando a legitimidade de procedimentos e assegurando o cumprimento das Políticas e Normas Corporativas e da correta aplicação da legislação das esferas federal, estadual e municipal, e da legislação pertinente no que se refere às atividades das Entidades da FINDES.

A Auditoria Interna da Findes, atua de forma independente, no intuito de oferecer clareza e confiança aos gestores e ordenadores de despesas, além de promover e facilitar a melhoria contínua em processos, por meio de investigação rigorosa e comunicação perspicaz sobre possíveis gargalos identificados durante a realização dos trabalhos.

Atualmente as auditorias internas são realizadas conforme Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração da FINDES com amplitude ao CINDS, SESI, SENAI, IEL e CONEF.

8 CÓDIGO DE ÉTICA, POLÍTICAS E NORMAS

8.1 Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta das entidades da Findes reúne as principais orientações sobre o que esperamos de nossos colaboradores, diretores, conselheiros, fornecedores e parceiros na condução dos negócios das entidades da Findes no que diz respeito aos padrões éticos de comportamento.

O Código de Ética e Conduta encontra-se divulgado na página do compliance no site da findes e pode ser acessado através do link: <https://findes.com.br/compliance/> 



8.2 Código de Conduta para terceiros

A Findes e suas entidades comprometidas com a integridade corporativa e com a disseminação de princípios éticos em toda a sua cadeia de valor instituiu o Código de Conduta para Terceiros.

O Código de Conduta para Terceiros tem a finalidade de estabelecer os compromissos dos terceiros que se relacionem com as entidades da Findes, de modo a possibilitar que estes conheçam e compartilhem os valores e padrões éticos corporativos que praticamos.



O código de conduta para terceiros encontra-se divulgado no site da Findes e com o objetivo de reforçar o compromisso que todos observem as disposições deste código, são inclusas cláusulas nos contratos firmados com os terceiros, de acordo com o disposto na Política 011 – Due Diligence de Integridade para o Relacionamento com terceiros.

8.3 Políticas e Normas

A Findes e entidades possui um conjunto de normas e políticas padronizadas e divulgadas com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios que orientam a conduta dos colaboradores de suas entidades. Cabe ao Conselho de Administração da Findes a aprovação das Normas e Políticas Corporativas, e quando pertinente também são

submetidas para aprovação do Conselho do SENAI. Todas as Políticas e normas são divulgadas em canal interno. As auditorias internas que são realizadas periodicamente atestam o cumprimento das Políticas e Normas (conformidade normativa).

Além do Código de Ética e Conduta e do Código de Conduta para Terceiros, a Findes dispõe dos seguintes normativos, que se estendem às demais entidades como o SENAI e que ajudam a conduzir a gestão de compliance:

CÓDIGO	TÍTULO
POLÍTICA-001	Política de Alçadas
POLÍTICA-002	Progressão de Carreira, Recrutamento Interno, Transferências e Substituições Temporárias
POLÍTICA-003	Política de Conflito de Interesses
POLÍTICA-004	Política de Transportes
POLÍTICA-005	Política de Segurança da Informação
POLÍTICA-006	Política de Patrocínios SESI e SENAI ES
POLÍTICA-007	Política Comercial SESI e SENAI ES
POLÍTICA-008	Política de Gestão de Consequências e Medidas Disciplinares
POLÍTICA-009	Política de Divulgação das Informações
POLÍTICA-010	Política de Gestão de Riscos
POLÍTICA-011	Política de Due Diligence de Integridade (DDI) para relacionamento com terceiros
POLÍTICA-012	Política Anticorrupção e relacionamento com agentes públicos
POLÍTICA-013	Política de Provisionamento de ações Judiciais
NORMA-002	Gestão de Convênios e Projetos
NORMA-003	Aquisição de Bens e Serviços
NORMA-004	Processo de Pagamento
NORMA-005	Gestão de Fundo Rotativo e Adiantamento Despesas
NORMA-007	Gestão de Bens Patrimoniais
NORMA-008	Gestão de Viagens
NORMA-009	Recrutamento, Seleção e Admissão de Pessoal
NORMA-010	Auditoria interna
NORMA-015	Registro e Controle de Frequência
NORMA-020	Benefícios
NORMA-021	Orçamento Sistema Findes
NORMA-025	Uso dos Recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação
NORMA-027	Tributação na Contratação de Serviços
NORMA-030	Treinamento e Desenvolvimento
NORMA-033	Gestão de Contratos de Aquisição de Materiais e Serviços
NORMA-034	Investimento em Edificações e Melhorias de Bens
NORMA-037	Gestão de Documentos
NORMA-038	Gestão da Comunicação Institucional
NORMA-040	Procedimentos de Investigação Interna
NORMA-041	Norma de Parcerias Institucionais
NORMA-042	Processo de Compra direta de mídia
NORMA-043	Uso de bens e espaços das entidades da Findes
NORMA-044	Diretrizes para Prospecção e Gestão de Recursos de Defesa de Interesses
NORMA-045	Uso de Grupos em Rede Social

Dispomos também, dos seguintes manuais e cartilhas:

- ❖ Manual da Ouvidoria da Findes
- ❖ Manual de Conduta Eleitoral
- ❖ Cartilha de Contratações

No **exercício de 2023** foram aprovadas as revisões dos normativos:

- ❖ POLÍTICA 001 – Política de Alçadas.
- ❖ NORMA 003 - Aquisição de Bens e Serviços.
- ❖ NORMA 033 - Gestão de Contratos de Aquisição de Materiais e Serviços.
- ❖ NORMA 009 – Recrutamento, Seleção e Admissão de Pessoal.
- ❖ NORMA 034 – Obras e Melhorias de Bens Imóveis em Edificações Próprias e de Terceiros.
- ❖ POLÍTICA 013 – Política de Provisionamento de Ações Judiciais.

Foi também emitido o seguinte normativo:

- ❖ NORMA 045 – Uso de Grupos em Rede Social.

9 COMUNICAÇÃO E TREINAMENTOS

Os novos colaboradores da Findes e entidades, quando da sua contratação, participam do DNA Findes, um programa de integração de novos empregados que baliza vários conhecimentos sobre as entidades da Findes e assuntos mais relevantes para início no ambiente de trabalho, sendo o Programa de Compliance um dos assuntos.

A área de Compliance também realiza diversos comunicados e treinamentos sobre o Programa de Compliance, Código de ética, Ouvidoria, Normas e Políticas entre outros temas sobre o assunto, com o objetivo de promover a cultura de Compliance.

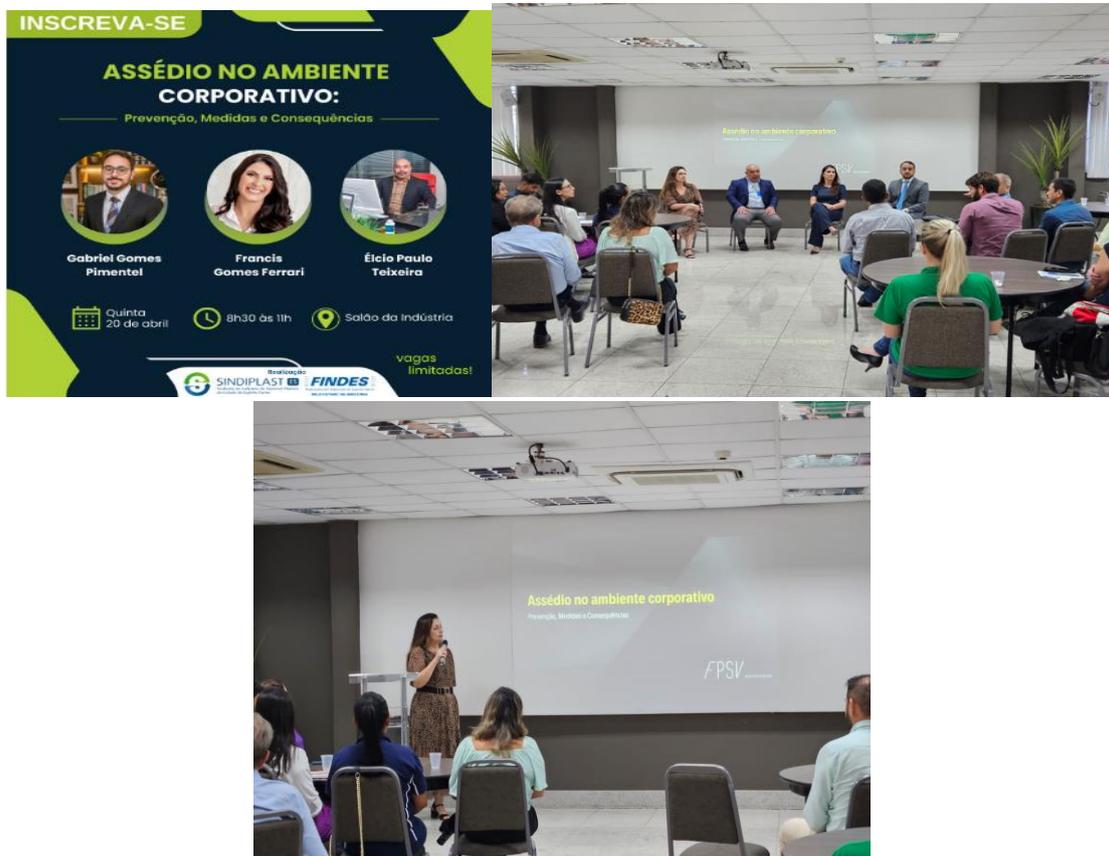
As ações contínuas de treinamento e comunicação além de auxiliar na promoção da cultura de Compliance, envolvem também treinamentos de qualificação e melhoria da capacidade técnica da equipe.

Dentre as ações de comunicação e treinamentos realizados durante o **exercício de 2023** destacamos:

- ❖ DNA Findes – Formato em trilha de conhecimento, 100% online, disponível na Plataforma da Unindústria:



- ❖ Participação em treinamentos sobre Assédio no Ambiente Corporativo com o Sindiplast:



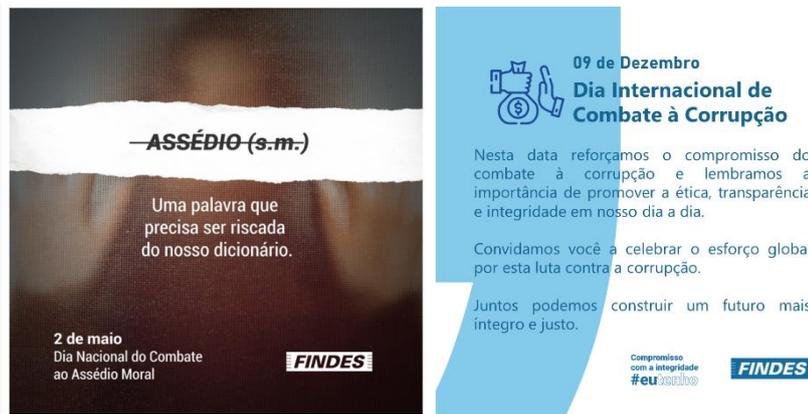
- ❖ Participação do Compliance no projeto vidas em foco do SESI e SENAI temas abordados: Bullying, Cyberbullying e Assédio:



- ❖ Participação no III Seminário de Educação Profissional do Senai abordando os temas de assédio Moral e Assédio Sexual:



- ❖ Comunicados internos no Dia Nacional do Combate ao Assédio Moral e no Dia Internacional de Combate à Corrupção:



- ❖ Comunicados internos abordando temas do processo de gestão de riscos para o fortalecimento da cultura:



- ❖ Treinamentos internos com as áreas e Unidades apresentando os Pilares de Programa de Compliance e abordando temas, como assédio moral, assédio sexual, código de ética, etc.



Unidade de Maruípe



Unidade de Porto de Santana



Unidade do Senai Vitória



Gerência de Engenharia



Unidade do Sesi Saúde Vitória



Unidade de Linhares



- ❖ Semana da integridade 2023 - um evento dedicado à conscientização e promoção de temas relacionados a integridade. Foram debatidos temas como relações humanas e comportamento no trabalho, Lei Geral de Proteção de dados, saúde mental e os desafios deste século, inteligência artificial, riscos e regulações, combate a corrupção, além de treinamentos gamificados.



10 CANAL DE DENÚNCIA E OUVIDORIA

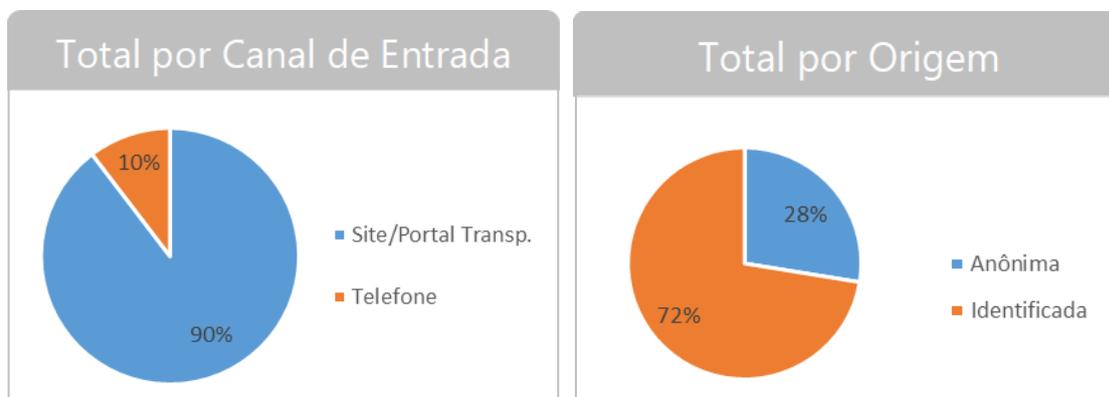
A Ouvidoria faz parte da área de Compliance da Fines e Entidades e assessoria diretamente o Comitê de Ética. Os canais de manifestação, tanto do público interno quanto externo são amplamente divulgados nos sites institucionais, Portal da Transparência do SENAI e na Central de Atendimento ao Cliente de cada Unidade Operacional. A Ouvidoria possui atendimento ao público presencialmente ou por telefone de segunda a sexta-feira no horário comercial, e, por meio dos sites e e-mail 24h por dia, 7 dias por semana.

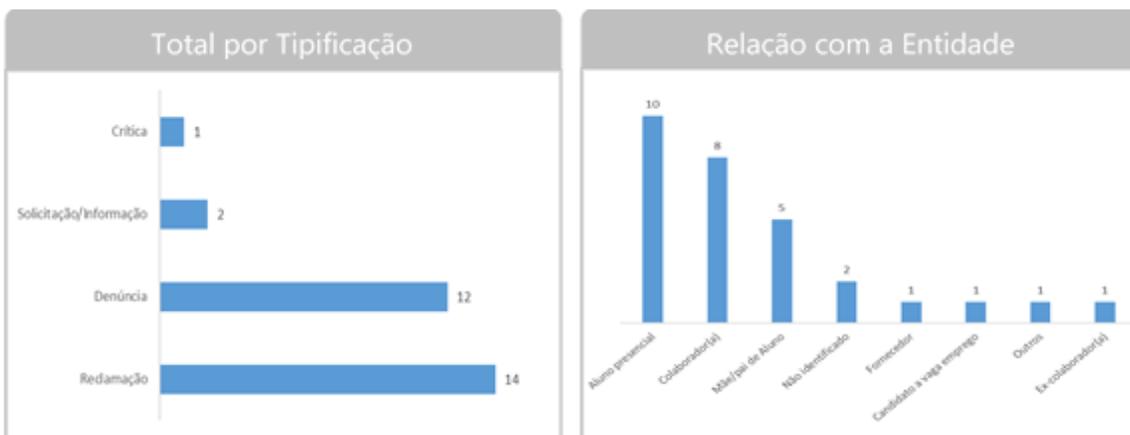


A Ouvidoria realiza as atividades de captação da manifestação, registro, investigação de procedência, e retorno da resposta ao manifestante, dentro dos prazos estabelecidos. O Manual da Ouvidoria estabelece as responsabilidades do Ouvidor, suas atribuições e indicadores de desempenho.

No **exercício de 2023** foram registradas 29 manifestações, sendo 14 reclamações, 12 denúncias, 02 solicitações de informação e 1 crítica, 72% identificadas e 28% anônimas. A maioria das manifestações são de alunos, com 10 manifestações, e o principal canal de recebimento é o site/portal transparência com 90% das entradas.

Abaixo apresentamos gráficos sobre as manifestações recebidas no período.



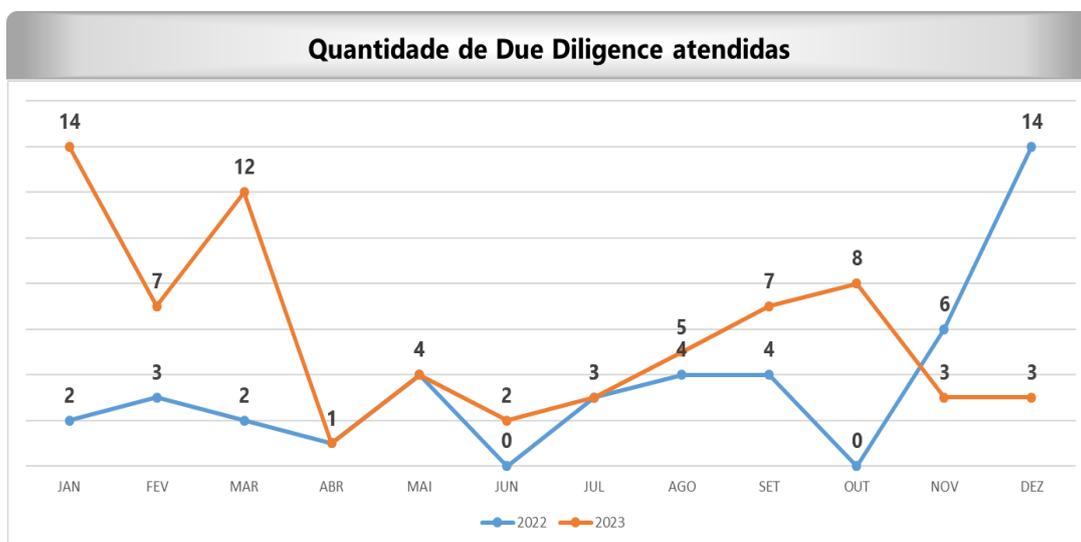


11 DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE

A realização de diligencias nos relacionamentos com terceiros é um dos pilares do programa de Compliance, visando identificar os riscos de integridade inerentes às contratações, parcerias e patrocínios, de modo a identificar se o SENAI-ES está se relacionando com organizações que compartilham de seus valores de integridade.

Dentre as ações estabelecidas que demonstram a efetividade deste Pilar, foi estabelecida na Política 011 – Due Diligence de Integridade para o Relacionamento com Terceiros, que descreve os processos, competências, critérios e padrões para a aplicação das devidas diligências no relacionamento com os terceiros com quem se relaciona.

Demonstramos abaixo o gráfico das DDI realizadas durante o **exercício de 2023**. Em comparativo com o exercício de 2022, houve um acréscimo de 60,47% no total das DDI realizadas.



Referente ao processo de DDI, dentre as ações implementadas **no exercício de 2023**, ressaltamos:

- Contratação de sistema automatizado de DDI – Due Diligence de Integridade, de modo a aumentar a precisão, reduzindo a possibilidade de erros humanos, garantindo maior agilidade e eficiência ao processo.

12 PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS

Atento à legislação, o SENAI-ES, a partir do Projeto de Adequação de LGPD – Lei geral de Proteção de dados, busca garantir a transparência e regulamentação no tratamento dos dados pessoais. Para isso, segue em adequar os processos à nova legislação, conforme as melhores práticas do mercado e orientações das autoridades competentes, garantindo a conformidade com a legislação e transparência nas relações comerciais.

O objetivo do Projeto é a adoção de várias medidas, tais como, o aditamento de contratos para contemplar as cláusulas da nova legislação, destacando as obrigações das partes em relação à proteção e privacidade dos dados.

Dentre as ações implementadas no **exercício de 2023** destacamos:

- ❖ Contratação de empresa para realização de diagnóstico de maturidade dos processos e sistemas, visando o atendimento a LGPD.
- ❖ Monitoramento, análise e adequação de contratos firmados com terceiros que tratam dados pessoais.
- ❖ Continuidade das ações de adequação à LGPD, sendo elas: conclusão do inventário de dados, relatório de Gerenciamento de riscos de segurança e privacidade de dados pessoais, relatório de maturidade de TI.
- ❖ Treinamento sobre “LGPD na prática com Soluções inovadoras” ministrado durante a semana da integridade e comunicados encaminhados aos colaboradores durante o ano de 2023 visando reforçar a cultura de segurança da informação.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem o comprometimento da Alta Administração do SENAI-ES e o envolvimento dos colaboradores, as ações do Compliance não seriam possíveis e por isso consideramos essencial o investimento em treinamento para trabalhar a cultura interna. O melhor indutor do Compliance é a conduta de cada um de nós, pois o Compliance é feito por pessoas, com pessoas e para pessoas.

Como forma de aperfeiçoar o programa de compliance buscamos a informatização de processos, por meio de aquisição e implantação de sistema de GRC e Compliance e a terceirização do Canal da Ouvidoria, de modo a trazer maior imparcialidade e melhor gestão das manifestações recebidas.

Além disso, planejamos intensificar as ações de treinamento e conscientização de colaboradores e conselheiros em bandeiras contra assédio moral e sexual, e elevar a conduta do respeito dentro do nosso ambiente de trabalho, para que o engajamento seja ainda maior, e que possamos solidificar ainda mais essa cultura de compliance.

A partir dessas solidificações, busca-se então o avanço do programa de Compliance para um sistema de integridade, indo além da conformidade e partindo para ações robustas de ética e transparência em todo modelo de governança e processos gerenciais.

Todas as ações implementadas e evolução nesse processo de constante mudança e aprendizado só foi possível graças ao envolvimento de todos. Os resultados esperados, são imensuráveis, já que nem sempre a tangibilidade destas ações são medidas de forma convencional e refletem ainda mais o caminho correto a ser seguido, primando pela sustentabilidade e uso transparente dos recursos recebidos.